

Carlos Alberto
Ferreira da Silva >

Cidade Cega: uma encenação pelo direito a uma Cidade Sensível

Resumo

A presente discussão propõe refletir a importância do direito a uma Cidade Sensível, através da encenação somático-performativa *Cidade Cega*, cujos atores/performers são pessoas com deficiência visual. O texto tem como objetivo abordar, a partir da encenação, questões que permeiam o cotidiano da urbe, por um viés sensível. Assim, a função do Flâneur Cego, torna-se um elemento performativo, responsável por acessar as camadas da cidade, através da supressão da visão e potencialização dos demais sentidos. Portanto, o texto enfatiza a partir de uma experiência prática os contextos de uma cidade não acessível para as pessoas que possuem um corpo com deficiência. Por isso, a necessidade de se pensar o direito à cidade para qualquer cidadão que a ocupa.

Palavras-chave: Cidade Sensível. Cidade Cega. Flâneur Cego. Corpo.

Abstract

The present discussion proposes to reflect the importance of the right to a Sensitive City, through the somatic-performative urban event *Cidade Cega*, whose actors/performers are visually impaired people. The text aims to address, from the staging, issues that permeate the daily life of the city, by a sensitive bias. Thus, the *Blind Wanderers* or *Flaneurs* function becomes a performative element, responsible for accessing the layers of the city, by suppressing the vision and potentiating the other senses. Therefore, the text emphasizes from a practical experience the contexts of a city not accessible for people who have a disabled body. Hence, the need to think about the right to the city for any citizen who occupies it.

Keywords: Sensitive City. Cega City. *Blind Wanderers* or *Flaneurs*. Body.

> Encenador, performer, ator, produtor teatral. Doutor em Artes Cênicas pela UFBA com Doutorado-Sanduiche na Université Sorbonne Nouvelle Paris 3; Mestre pelo PPGAC-UFBA. Graduado em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Ouro Preto. Educador do curso de Teatro da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: carlosferreira1202@gmail.com

Pretende-se, por meio deste texto, refletir sobre a pesquisa *Cidade Cega: Uma encenação somático-performativa com atores/performers com deficiência visual na cidade*, desenvolvida na Universidade Federal da Bahia, entre os anos de 2014 e 2018, cuja proposta partiu de uma vivência sensorial, adotando a supressão da visão como estratégia para intensificar a percepção dos outros sentidos na cidade.

Atualmente, percebe-se que o lugar da intervenção urbana no âmbito da esfera pública contemporânea propõe um deslocamento da arte para o campo da experiência estética, sensível e pessoal, tendo como aliados recursos oriundos dos cruzamentos da performance, das artes plásticas, da instalação e do ativismo, tornando-se uma proposta ao mesmo tempo política e artística. Dessa forma, ao pensar a cidade como lugar para a intervenção urbana, necessita-se compreendê-la como um corpo que possui uma organicidade, um fluxo, ora regido por um sistema ditado pelo Estado, ora desconstruído pelos sujeitos que nela habitam. Assim, ao pensar em propostas urbanas sensíveis, onde as pessoas possam usufruir da cidade a partir da prática de mobilidade e dos sentidos urbanos – que são direcionamentos importantes para o sujeito se compreender como membro desse corpo na cidade –, torna-se de suma importância a criação de projetos artísticos que possuam um aspecto provocativo e propositivo no contexto atual. Por isso, falar de direito à cidade é, sobretudo, criar maneiras cabíveis para que todos os sujeitos possam desfrutar da cidade, independente da sua condição física e social.

Neste sentido, a encenação somático-performativa *Cidade Cega* corrobora com este pensamento sobre o direito à cidade por ser uma intervenção urbana composta por atores/performers com deficiência visual, que ao longo da Prática como Pesquisa se assumiram como **Flâneur Cego**, termo pioneiro cunhado nesta pesquisa, por ser um elemento performativo, responsável por acessar as camadas da cidade através da supressão da visão. A proposta era criar uma experiência sensorial do público participante durante o acontecimento da encenação na rua. Originada na cidade de Salvador, Bahia, em 2015, possuiu como princípio a potencialização dos sentidos (tato, audição, olfato, paladar e cinestesia) como meios de percepção da cidade. O processo de criação iniciou-se na rua e resultou na experiência de atores/performers, que guiavam os inscritos/participantes (o público) através de um circuito entre as ruas, praças, imóveis habitados e inabitados.

A proposta de vender os olhos e conectar com o espaço perpassou pela via de gerar uma aproximação entre esses corpos, sendo eles o do sujeito com o da cidade. Assim, a encenação estimulou uma prática artística pelo sensível, onde artista e espectador suprimiram a visão no intuito de criar uma conexão

íntima, isto é, somática, entre esses espaços. *Cidade Cega* é uma experiência; nas palavras de Nicole Raposo, uma dos inscritos/participantes, ao descrever a sensação de ter participado da encenação em 2015:

[...] assim que eu vendei os olhos, me senti numa bolha, porque primeiro, é notório que nós somos escravos da visão, em todos os sentidos, somos escravizados pela visão, a gente não toca tanto, não sente tanto cheiro, a ideia nem é que a gente não sente, eu acho é que a visão toma mais esse espaço, [a gente se] segura mais na visão.

Ou seja, percebe-se o quanto a visão privilegia uma estruturação de materiais, adquirindo forma e sentido no cotidiano do sujeito, confortando-o mediante os acontecimentos recorrentes na cidade. Ana Pais, no livro *O Discurso da Cumplicidade: Dramaturgias Contemporâneas*, elucida que a dramaturgia do olhar pode ser “[...] entendida igualmente como um modelo de análise dos componentes estruturais e de outras expressões culturais” (PAIS, 2016, p. 64). Percebe-se que a cidade é planejada para conduzir o sujeito dentro da sua própria narrativa, de modo que o sujeito siga os sinais destinados pelas indicações e, assim, cerceando o direito para alguns cidadãos, como as pessoas com deficiência visual, por exemplo.



Figura 01:
Teaser *Cidade Cega*,
Salvador – BA, 2015
Fonte: Cidade Cega
(2015). Disponível
em: <https://www.youtube.com/watch?v=b85ajNjQhYk>

Cidade Cega é uma encenação que se contrapõe à lógica normativa, propondo uma dramaturgia do sensível, estimulando os sentidos por meio de situações que são incomuns aos transeuntes, de tal maneira que a cidade passa a ser um cenário investigativo, cujos sentidos são aguçados de diferentes maneiras. A encenação parte de reflexões políticas, sociais e culturais da cidade, buscando, por meio dessas questões, compreender a importância do processo criativo, nas diferentes fases que compõem esse fazer, que se relaciona com o aqui e com o agora da cidade e do transeunte. Assim, a partir desse processo, perguntas e temas são agregados à encenação, a partir de discussões que envolvem a educação, a arte, a política, o social; no intuito de compreender os **corpos** da cidade e do transeunte, que estão diariamente em contato. No entanto, muitas vezes, afastados.

A partir do viés do sensível, para Maurice Merleau-Ponty (1994), a experiência do sensível é fundamento de direito para uma realidade em construção. Por meio do sensível pode-se revelar a cegueira, que está presente na consciência e na vida de muitos transeuntes que consomem a cidade. Tal efeito ocorre devido à separação entre o sensível e a consciência. Merleau-Ponty propõe uma mudança no modo de pensar, associando a consciência aos sentidos e, assim, convida o corpo a ser esse eixo como fundamento.

Para Merleau-Ponty (1994), o atributo central está no corpo, pois este se torna o elo entre as condições transcendentais e as condições subjetivas, tornando-se uma experiência possível e sensível. O corpo está conectado às vias do sensível, seja através dos órgãos e suas reverberações que se ligam e se alinham com o mundo real, ou pelo âmbito do sentimental. O sensível do corpo gera elos com outras formas de sensibilidades, principalmente com a percepção. Nas palavras de Merleau-Ponty,

Se adivinho aquilo que ela pode ser, é abandonado ali o corpo objeto, “parte extra partes”, e reportando-me ao corpo do qual tenho a experiência atual, por exemplo à maneira pela qual minha mão enreda o objeto que ela toca antecipando-se aos estímulos e desenhando ela mesma a forma que vou perceber. Só posso compreender a função do corpo vivo realizando-a eu mesmo e na medida que sou um corpo que se levanta em direção ao mundo. (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 114)

Compreende-se que consciência e sensível não são separados do corpo, mas percebe-se a necessidade de reafirmar tais informações junto à sociedade. O sensível se torna distante do cotidiano a partir do momento em que a cegueira e a invisibilidade fazem parte do contexto de um grande coletivo. Por exemplo, quantas vezes nós, videntes, enxergamos uma pessoa com deficiência visual tentando atravessar uma rua, mas a ajuda não se efetiva, o que constata uma sociedade que vem considerando o outro como invisível, mediante o contexto social. Portanto, como perceber o outro? Como ver? Para Merleau-Ponty, ver é adentrar no universo dos seres que se aparecem, logo, nas palavras do autor, as coisas não se mostrariam se estivessem escondidas, por isso, “[...] olhar um objeto é vir habitá-lo e dali apreender todas as coisas segundo a face que elas voltam para ele” (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 105).

O Flâneur Cego, dentro da perspectiva da encenação somático-performativa, é o próprio sujeito cego que flana por esses espaços, habita-o, identifica as faltas e as falhas, e cria poesias a partir de seu contexto. O mundo, dentro de sua amplitude, revela problemas de uma sociedade que não o percebe e sequer percebe o outro que nele habita. O flâneur está nessa contramão da sociedade: enquanto todos marcham em uma direção, o flâneur está em um ritmo que destoa dos demais. Em suma, o problema não é a questão motora do sujeito, mas o da motricidade gerada na cidade, fazendo que o corpo da cidade se torne deficiente, em vez de eficiente aos demais cidadãos. Precisa-se, em tempos atuais, fazer com que os sujeitos que usufruem da urbe se percebam e se identifiquem, pois é difícil entender o real problema, em função de uma falta de alteridade.

A sociedade não consegue perceber o outro! Durante um trajeto, é compreensível que o sujeito, ao sair de casa, traga consigo seus inúmeros problemas, pensamentos e questões; o percurso é movido pelas coisas que surgem na cabeça, como o filho que está doente, a mãe que está internada, o compromisso logo mais, o casamento que está a chegar, os trabalhos da universidade, a briga com o namorado – pensamentos que ocupam a mente, fazendo com que o sujeito deixe de viver o aqui e o agora. Enquanto isso, a cidade continua a ser afetada. São dois corpos, o corpo da cidade e o corpo do sujeito. A cidade sofre mutilações em benefício de alguns; a meu ver, a deficiência está nas ruas, nos transportes, no contexto atual, pois a constroem deficiente. O Estado não considera esses outros sujeitos que ocupam as vias, não percebe a deficiência urbana; as pessoas com deficiência se tornam o problema, e não, a estrutura.

Com isso diversas questões compõem esta reflexão: A cidade é um direito de todos? Todos têm essa liberdade de vivê-la? Se todos possuem o direito de viver, então os direitos são iguais para todos? Infelizmente, a resposta é não. A situação atual torna-se uma idealização utópica, pois a palavra **direito** é aplicada para alguns, mas não para a maioria, considerada a classe mais desfavorecida da sociedade. Precisa-se mudar e provocar essas plataformas de construção de cidades sedimentadas, no intuito de alterar as deficiências que estão presentes na urbe. Os exemplos são de inúmeras pessoas que diariamente estão nas cidades com suas bengalas, pois afirmam a importância de ocupar as estruturas da cidade.

O Flâneur Cego realiza imersões e pratica experiências com a cidade por perspectivas outras; seus corpos são cidade, como a cidade são seus corpos, por isso precisam criar uma intimidade sensorial e perceptiva. Na contemporaneidade, a cidade é compreendida como um produto, uma obra em eterna construção. Os sujeitos, que nela habitam, são meros elementos, sendo que, para Henri Lefebvre (2001, p. 12), “[...] esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos”.

Percebe-se o quanto a cidade é diferente para cada sujeito, de modo que, para alguns, o processo e a relação com a cidade se dão de uma maneira tranquila, segura e privilegiada, pois a cor da pele (branca), o sexo (masculino) e o status econômico (classe média/alta) fazem que o sujeito tenha uma relação mais agradável com a urbe. Enquanto que, para outros, a urbe chega a ser arbitrária e opressiva: o negro, a mulher, o gay, o idoso, a pessoa com deficiência, o pobre, enfim, as minorias que, por mais que busquem seus **direitos** na teoria e nas leis, na prática o contexto e a realidade são outros. O Estado possui um discurso positivo e inclusivo, mas no dia a dia sabe-se que os políticos, os policiais, os chefes de poderes e Estados realizam ações que se contrapõem a esses direitos apresentados nas leis para os cidadãos.

Portanto, o Flâneur Cego “representa” esse lugar político e sociológico de um sujeito que busca acessar a cidade pela sua condição física. Não precisa ser cego para entender que a rua e a cidade, em si, não são acessíveis e inclusivas para esse público.

Apesar de a cidade nascer da natureza, o processo de urbanização é invadido por cimentos e prédios.

Atualmente, mesmo a cidade mais linda, turística e mundialmente visitada possui seus problemas de acessibilidade que atingem uma grande massa. As pessoas com deficiência carregam as marcas desses problemas em seus corpos, pois caem nos buracos e tropeçam em elementos largados na rua, podendo causar sérios problemas, como fraturas e lesões. Por isso, a encenação apresenta essa via somática-performativa, principalmente para possibilitar nas apresentações uma experiência real, na qual os inscritos-participantes, com os olhos vendados, são guiados por Flâneurs Cegos durante o trajeto da Cidade Cega, fazendo que o sujeito vivencie, de alguma maneira, um pouco da realidade desses sujeitos.

Acessibilizar uma cidade é proporcionar o direito a qualquer cidadão, por exemplo, o sinal sonoro, pois caso todas as sinaleiras obtivessem esse recurso, as pessoas com deficiência visual não necessitariam de aguardar um outro para ter uma autonomia. Há uma lacuna entre o que denominamos de cidade e de cegueira, pois, na atualidade, torna-se urgente descobrir quem é o cego na sociedade. Então, pergunto: Cego é aquele que não enxerga ou o cego é aquele que possui visão, porém não compreende os problemas presentes no cotidiano? Por isso, a fim de repensar o quanto/ como a cidade é construída, torna-se necessário alterar a ideia de cidade como um produto para ser visto e utilizado, mas compreendê-la e senti-la por meio de teorias e projetos artísticos que subvertam essa lógica adestradora, para uma experiência mais sensível.

É notório que a cultura da visão é fortemente acirrada entre os meios de comunicação. A cidade se transforma em um produto de divulgação, em função dos elementos que são divulgados por empresas, grifes e marcas. Com isso, é vestida de placas e informes para a divulgação das empresas, fazendo que o impacto visual sobre as pessoas seja para marcar a imagem daquele produto e, posteriormente, impulsionar compra e consumo. Em alguns casos, o discurso presente entre os transeuntes e pessoas em geral está em torno dessa “consumação”. Assim, percebemos o quanto a cultura do olhar, dentro dessa perspectiva do consumo, também se torna representativa nos dias atuais.

Por essa via, vale discutir sobre o termo “olhar”, tão caro a todas as pessoas, bem como presente no discurso de uma pessoa com deficiência visual. O *outdoor*, por exemplo, não faz parte do contexto da pessoa com deficiência visual, pois não possui uma viabilização sonora que possibilite o conhecimento sobre esses dados que estão visivelmente espalhados pela urbe. No entanto, as próprias pessoas que estão na rua informam sobre o produto, “Nossa! Você viu a propaganda da marca X?”, fazendo com que, a partir dessas pistas, dadas pelo transeunte, a pessoa com deficiência comece a mapear essas informações presentes na cidade, através das falas de outros.

A cidade precisa ser um misto de escrita, de linguagem e de imagem que faça parte do sensível, pois a cegueira e a linguagem, a cegueira e a escrita, a cegueira e a performance geram sinapses entre o sujeito cego e a experiência de flunar pela cidade.

A linguagem condiciona uma série de procedimentos que compõem a existência de uma língua. A narrativa e a construção de sentidos são oriundas dessa perspectiva, contaminada pelo envolvimento cultural, pelo desejo, pelo afeto, mas também pelo medo, pelo novo. O sujeito transeunte, ao caminhar pela cidade, ao se deparar com uma imagem, tem a ligeira impressão de que está vendo tudo e o tempo todo em função da capacidade de ver, no entanto, o mesmo só obtém uma visão externa. No que tange à percepção visual, a visão não é apenas uma função do olho, mas de todo o corpo, que possui um importante eixo na relação entre o externo e o interno.

Na via dessa reflexão, Renaud Barbaras (2005, p. 70), filósofo francês, em seu texto *O invisível da visão*, ao parafrasear Descartes, diz que nós nos tornamos vítimas da linguagem, por exemplo, “[...] debruçados na janela, dizemos que estamos vendo homens passeando na rua, mas, na realidade, o que estamos vendo são chapéus e paletós”. Ou seja, apenas sabe-se que há homens na rua, pois o julgamento é criado a partir das roupas e adereços que executam uma funcionalidade de encobrir o homem, mas, na realidade, não se vê o homem, e sim, o contexto geral do objeto. A linguagem faz com que os múltiplos signos, existentes nessa leitura do espaço, sejam compreendidos. A partir dessa ideia pré-estabelecida, chegamos a um significado, no caso, o homem. Essa estrutura da linguagem codifica em determinadas situações a compreensão dos signos e dos processos significativos referentes à natureza e à cultura do sujeito, o que facilita de antemão o resultado de tal objeto.

Dentro desse universo visual com o qual a cidade se compreende, o olhar é um forte elemento que rege as nossas capacidades sensoriais, afirmando ver coisas, mesmo que ainda não sejam tão claras. A filósofa e educadora Marilena Chauí (1988, p. 37) nos apresenta uma significativa definição sobre os aspectos relacionados à visão, pois “[...] dos cinco sentidos, somente a audição (referida à linguagem) rivaliza com a visão no léxico do conhecimento. Os demais, ou estão ausentes ou operam como metáforas da visão”. Dessa forma, o ser humano se condiciona a viver uma realidade de vida pela perspectiva do olhar, a tal ponto de perceber que, em algumas situações, a visão se responsabiliza pelos demais sentidos. Para Chauí, as metáforas da visão enfatizam, sobretudo, o condicionamento dos outros sentidos perante a visão. A visão torna-se elemento representacional em praticamente tudo; a própria cidade é formatada por essa lógica.

Infelizmente, os inúmeros exemplos de pessoas com deficiência nas ruas das cidades constataam, de forma fria, não a presença da visão, mas a presença da invisibilidade do **sujeito**, isto quer dizer, o sujeito concreto e real se tornou um ser invisível, o cego é invisível para eles; eles são invisíveis para outros, as pessoas passam uma pelas outras, mas não se enxergam. Diferentemente do cego, que certamente as sente e as percebe, os transeuntes possivelmente não o percebem. O estado de uma pessoa com deficiência é de um corpo sensível que aciona os sentidos como a audição, a percepção tátil e o olfato para se fazer presente. Por isso, o “ver” não está condicionado apenas àquilo que se visualiza, mas às distintas formas de “visão”.

A visão tornou-se um aspecto relacionado à consciência do imediato, pois há uma cultura do ver instantâneo, pela qual se acredita que se vê tudo. A visão, nesse viés, é uma experiência paradoxal, um mistério. Merleau-Ponty (1992, p. 15) chega a falar de uma loucura: “[...] há uma espécie de loucura da visão que faz com que, ao mesmo tempo, eu caminhe por ela em direção ao próprio, e, entretanto, com toda evidência, as partes desse mundo não coexistem sem mim”. Essa dicotomia acerca da visão a torna sedimentada, de tal forma que o ver se associa ao imediatismo. A experiência da visão se dá pela sua própria negação, isto é, pela subjetividade, “[...] a experiência da visão confunde-se com a presença das coisas vistas” (MERLEAU-PONTY, 1992, p. 15). Nas palavras de Chauí (1988, p. 33), a parábola “[...] o pior cego é aquele que não quer ver, pois as coisas aí estão visíveis” apresenta um deslocamento em torno do ver, pois o ver é um **olhar** apático, que visa tomar conhecimento de algo existente, mas sem necessariamente internalizar a sua existência.

Já o olhar torna-se uma contemplação, a ponto de ser invisível e profundo, que supera a janela do olho e transcende a alma. O olhar é do vidente e do cego. O olhar já está presente desde a mitologia. Tirésias, por exemplo, conhecido por ser um profeta cego de Tebas, foi considerado um dos mais notáveis adivinhos da mitologia grega por revelar a Édipo o seu destino. O olhar é a presença. O olhar é o futuro, mesmo quando anunciado por aquele que não vê. Além disso, o olhar aciona uma relação com as questões sociais. Por esse viés, identifico o quanto a presença do olhar repercute tanto no âmbito cotidiano, como na literatura, que em alguns aspectos percebe-se um olhar perigoso:

[...] as filhas e a mulher de Ló, transformadas em estátuas de sal; Orfeu perdendo Eurídice; Narciso perdendo-se de si mesmo; Édipo cegando-se para ver o que, vidente, não podia enxergar; Perseu defendendo-se da Medusa forçando-a a olhar-se. Os índios, recusando espelhos, pois sabem que a imagem refletida é sua própria alma e que a perderão se nela depositarem o olhar. (CHAUÍ, 1988, p. 33)

O olhar penetra a alma, isto é, o íntimo. O olhar constitui-se da dor, atrelado a esse lugar profundo e escuro, ora encoberto, ora descoberto. O visível envolve o invisível, pois a visão não está condicionada à ideia de conhecimento, mas, na relação com a realidade, a visão é uma imagem, é um vazio, é uma transcendência.

A visão é o corpo. A visão se entrelaça com as experiências do corpo. A visão decorre dos movimentos corporais que se posicionam para ver. Mas como é ver? Quem são os sujeitos que acessam a visão? Merleau-Ponty afirma que “[...] aquele que vê não se apropria daquilo que é visto; apenas se aproxima ou se abre para o mundo” (MERLEAU-PONTY *apud* OLIVEIRA CAMINHA, 2014, p. 70).

Já Renaud Barbaras (2005, p. 69) afirma uma importante hipótese acerca da visão, alegando que não é uma pura recepção visual, o que seria equivalente a dizer que “[...] não vemos apenas com os nossos olhos. Enquanto apreensão de um sentido dentro do sensível ou como sensível, a visão é mais do que visão física: ela envolve uma forma de compreensão ou de pensamento”.

Tal como para o flâneur, que flana por diferentes espaços e vivencia distintas situações, para Marilena Chauí, no livro *A janela da alma, espelho do mundo* (1988), o ver não se condiciona apenas à visão, mas aos sentidos, que, quando acessados, abrem-se para compreender o mundo. Entretanto, como mencionado, os sentidos estão em funcionamento, em estado de pausa, como se aguardassem os estímulos vindos da visão.

A visão é uma forma de cegueira, na qual o **visível** possui uma dimensão de **invisibilidade**. Dentro dessa perspectiva, o cego pode ver pela audição, pelo tato, pelo olfato, pelo paladar e pela sinestesia, que são um conjunto de sensações pelas quais são percebidos os movimentos musculares, sendo que os estímulos provêm do próprio organismo. Assim, o desenvolvimento cognitivo do cego é estimulado por meio da linguagem e das percepções táteis e sinestésicas. A linguagem assume ainda mais uma função organizadora e planejadora, fundamental para o desenvolvimento humano.

Contrariando, então, a normatividade da exatidão, pode-se verificar que a cegueira, comumente compreendida como redução ou ausência da “[...] acuidade visual – que consiste em discriminação de formas – e campo visual – relativo à capacidade de percepção da amplitude dos estímulos” (NUNES; LOMÔNACO, 2010, p. 56), passa a ser experienciada por outra perspectiva. Ou seja, como salienta a pesquisadora e dançarina Ida Mara Freire, podemos definir a noção de cegueira por duas vias, sendo a primeira adotada para categorizar as pessoas com deficiência visual. Para se justificar, a autora cita um texto de Esperanza Ochaita e Alberto Rosa (1995), *Percepção, Ação e Conhecimento nas Crianças Cegas*, que parte da seguinte definição:

A cegueira é um tipo de deficiência sensorial e, portanto, sua característica mais central é a carência ou comprometimento de um dos canais sensoriais de aquisição da informação, neste caso o visual. Isto, obviamente, tem consequências sobre o desenvolvimento e a aprendizagem, tornando-se necessário elaborar sistemas de ensino que transmitam, por vias alternativas, a informação que não pode ser obtida através dos olhos. [...] A carência ou a séria diminuição da captação da informação, por um canal sensorial da importância da visão, faz com que a percepção da realidade de um cego seja muito diferente da dos que enxergam. Boa parte da categorização da realidade reside em propriedades visuais que se tornam inacessíveis ao cego, mas isto não quer dizer que careça de possibilidade para conhecer o mundo ou para representá-lo; o que ocorre é que, para isso, deve potencializar a utilização dos outros sistemas sensoriais (OCHAITA; ROSA, 1995, p.183 *apud* FREIRE, 2005, p. 3).

Por outra via, Ida Maria Freire (2014, p. 37) nos apresenta uma segunda definição:

[...] a cegueira deixa de ser objeto e passa a ser uma experiência perceptiva. Neste sentido, nos deparamos com uma noção de invisibilidade que é dissociada de uma associação com a escuridão. Deste modo, a cegueira está para quem não vê, assim como a invisibilidade está para quem vê.

A fim de promulgar a presente reflexão, por esse modo convidado a transitar por uma experiência pensada, vivida e questionada, a partir dessas inquietações da visão, no que tange ao impacto exacerbado do ver. O Flâneur Cego assume esses paradigmas. No contexto atual, sua visualidade está presente no corpo, sua flanância cria caminhos e códigos para despertar os sentidos do corpo e transpor as experiências em imagens de uma forma perceptiva e sensível. O corpo possui um sentido háptico, através do tato, pois o toque se torna imagem, mesmo sem ver; o corpo atinge um estado de encontro entre os sentidos, fazendo com que ajam conjuntamente e não a serviço de um sentido, como salienta Chauí. Por isso, a cidade é a porta de entrada para esse rompimento, pois será na urbe que o corpo é colocado em experiência, no intuito de transgredir os limites e vivenciar uma prática que seja única, pessoal e presente.

Na ação de flunar não há limite. Qualquer sujeito pode criar suas abordagens de conhecer e se entender na cidade; o que se diferenciara são os recursos que o próprio corpo irá gerir como meio de diálogo com a urbe.

Portanto, nota-se que, ao longo dessa trajetória, diante dos estudos apresentados, a encenação somático-performativa Cidade Cega se ramificou, durante esses anos de trabalho, por diferentes espaços artísticos, acadêmicos, sociais e políticos. A pesquisa buscou inspiração na literatura e intensificou-se com as histórias e as narrativas dos atores/performers cegos nas ruas, cuja realidade se identifica com a vida de muitas pessoas na contemporaneidade no que tange o direito a uma cidade sensível.

Referências

- CHAUÍ, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES, Adauto. **O olhar**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- FERNANDES, Ciane. Movimento e memória: Manifesto da Pesquisa Somático-Performativa. In: **VII Congresso da ABRACE**, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- FREIRE, Ida Mara. **A experiência com a cegueira**. Benjamin Constant (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 1, n.31, p. 3-8, 2005.
- FREIRE, Ida Mara. Dança e Cegueira: a criação no lugar da falta. In: **Revista do PPG-Dança**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, v. 3, n. 1, p. 34-48, jan./jul. 2014.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LINKE, Ines Karin. **Ficções: arte, natureza, cidade**. 2012. Tese (Doutorado em Artes) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- NANCY, Jean-Luc. **Corpus**. Lisboa: Vega Passagens, 2000.
- NANCY, Jean-Luc. **Justiça: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- PAIS, Ana Cristina Nunes. **O discurso da cumplicidade: dramaturgias contemporâneas**. Lisboa: Edições Colibri, 2016.
- PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens Urbanas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.
- SHIN, Jieun. **Le flâneur postmoderne: Entre solitude et être-ensemble**. Paris: CNRS Éditions, 2014.